

# Choque da integração na UE e seu esgotamento: luz e sombras

NUM ÁPICE, o ano em curso viu renascer os piores pesadelos para a economia portuguesa de que há memória, pelo menos desde as intervenções do Fundo Monetário Internacional em 1978/83.

À complicadíssima situação financeira do país, apanhado no turbilhão da necessidade de ajustar profunda e rapidamente o seu pesado défice orçamental, que se conjugou, qual tempestade perfeita, com um claro ataque especulativo ao euro através das suas economias mais debilitadas, juntam-se agora<sup>1</sup> os receios de que o ano de 2011 marque uma nova recessão severa em Portugal, que tornará ainda mais periclitante a situação financeira do país.

Movimentam-se as forças vivas da sociedade portuguesa, dos sindicatos, com greves gerais à vista, às associações patronais, passando por antigos e actuais governantes, todos aparentemente imbuídos do mesmo desígnio: salvar o país da bancarrota.

Nestas linhas iremos analisar a evolução nas últimas décadas da situação económica em Portugal, focalizando sobretudo dois momentos que nos parecem decisivos nessa história económica recente: a nossa integração na actual União Europeia e a adesão ao euro.

## O que nos diz a literatura...

Um dos argumentos tradicionais na literatura a propósito dos custos e benefícios de uma união monetária tem a ver com o aumento da variabilidade (e imprevisibilidade) do *output-gap*<sup>2</sup> e da taxa de inflação num contexto de renúncia de um país a uma política monetária própria. A tese é de que a política monetária não é necessariamente feita à medida de todos os Estados que integram uma união monetária e que, sobretudo para as economias mais

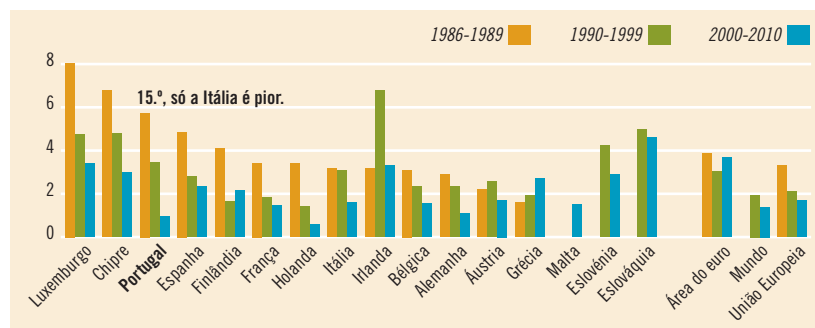
pequenas, a política monetária unificada não provocará necessariamente uma estabilização do *output-gap* e da inflação na presença de choques económicos nacionais. Ou seja, os benefícios das decisões de política monetária não serão igualmente distribuídos por todos os membros de uma união monetária.

Por outro lado, a literatura tende a apontar para que os efeitos anteriormente descritos sejam também função de um conjunto de outras variáveis, nomeadamente o grau de aversão ao risco pelos agentes económicos, a flexibilidade dos preços, a elasticidade da procura pelas exportações, entre outros.

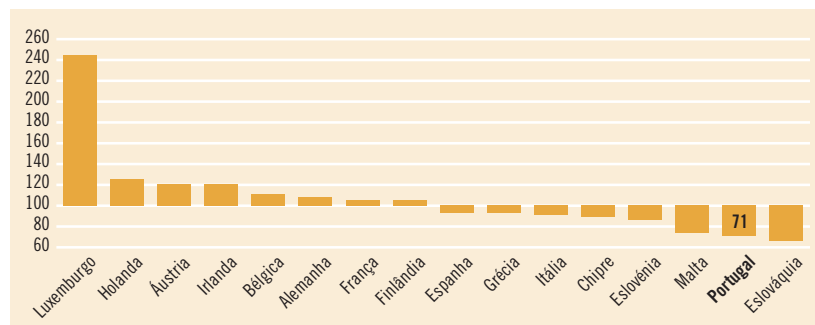
Ora, como é sabido, a integração de Portugal na União Europeia implicou a perda de alguns dos instrumentos de política económica, nomeadamente a nível da política cambial (capacidade de utilizar a taxa de câmbio nominal como instrumento de política) e da política monetária (idem para a taxa de juro).

Como dissemos anteriormente, esta perda tem custos, designadamente a nível dos mecanismos estabilizadores do produto, mas também do emprego, que serão tanto maiores quanto menor for o grau de integração económica entre o país e a área monetária a que adere. Na prática, perdendo a capacidade de desvalorizar a moeda, o país deixa de ter um importante instrumento de reequilíbrio da competitividade nacional; perdendo a autonomia total em matéria de estabelecimento das taxas de juro directas, deixa de poder utilizar este instrumento como dinamizador do crescimento em momentos de recessão ou contracção da economia.<sup>3</sup>

A flexibilidade de preços e salários (Friedman, 1953) é tida por muitos autores como um bom substituto da flexibilidade cambial: descer os preços e os salários reais seria, nesse sentido, equivalente a uma desvalorização cambial, provocando portanto ganhos de competitividade da economia nacional. Ora, tal como os preços e os salários são mais rígidos na Europa do que nos Estados Unidos, também são provavelmente mais rígidos em Portugal do que na maioria dos países da área do euro. Pelo menos parece certo que os salários são, em média, mais baixos do que na maioria dos nossos parceiros, o que não ajuda nesse eventual intento de reforço da competitividade nacional.



Produto Interno Bruto: taxa de variação anual (em %). (Gráfico 2)\*



PIB per capita em paridades de poder de compra, 2009 (Área euro = 100). (Gráfico 3)\*

Essa flexibilidade pode ser vista igualmente em termos de mobilidade dos factores de produção, nomeadamente do factor trabalho (Mundell, 1961). A ideia seria que a deslocação de trabalhadores de áreas em recessão para áreas em expansão poderia reequilibrar o mercado de trabalho e, indirectamente, atingir os mesmos objectivos pretendidos pela política cambial. Sabemos que em Portugal a mobilidade intranacional é muito menor do que noutros países europeus, mas não é necessariamente verdade que a mobilidade internacional do factor trabalho seja inferior em Portugal. Ou seja, processos de deslocalização da nossa força de trabalho para o exterior poderão não só vir a concretizar-se com maior intensidade no futuro próximo como, ironicamente, poderão vir a ajudar no reequilíbrio interno do país. Resta saber que custos essa deslocalização acarretará para o país, num contexto em que nos nossos dias já não falamos apenas de portugueses com vontade de trabalhar e uma mala de cartão.

## E o que aconteceu na prática

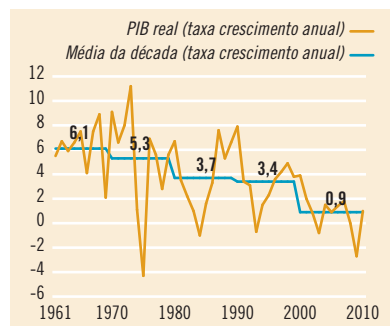
E na prática aconteceu exactamente o que nos ensina a literatura.

Primeiro, mesmo antes da adesão à então Comunidade Económica Europeia, em 1986, havia sido o Fundo Monetário Internacional (em 1978, depois em 1983) que tentaria pôr ordem numa economia ainda agoniada pelo “orgulhosamente sós” de Salazar e pelos desvarios do PREC. Nunca saberemos o que teria sido deste

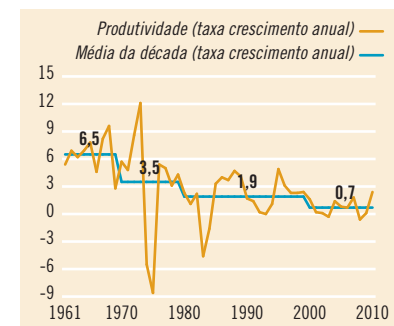
país não fora estas intervenções e, mais tarde, mas pouco mais tarde, a abertura da torneira dos fundos comunitários.

Portanto, depois de uma segunda metade da década de 80 e toda uma década de 90 de deslumbramento colectivo (e desperdício generalizado) de fundos comunitários, o país finalmente percebeu no século XXI o desperdício que houvera sido o século anterior.

Os dados são claros, os gráficos não mentem. Começemos pelo Produto Interno Bruto (PIB): os gráficos 1 a 3 mostram o progressivo abrandamento do crescimento do PIB, sobretudo visível quando se analisam as médias de décadas, que actualmente nos colocam na penúltima posição da Europa do euro em matéria de (fraco) crescimento económico (só “suplantados” pela Itália) e, pior, na antepenúltima posição a nível mundial, pelo menos das economias acompanhadas pelo FMI. Os dados do produto em paridade de poder de compra são igualmente arrasadores, como se pode ver pelo gráfico 3.



Produto Interno Bruto (em %). (Gráfico 1)\*

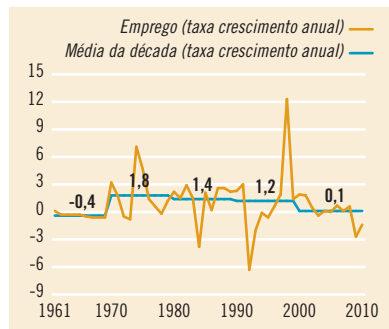


Produtividade (em %). (Gráfico 4)\*

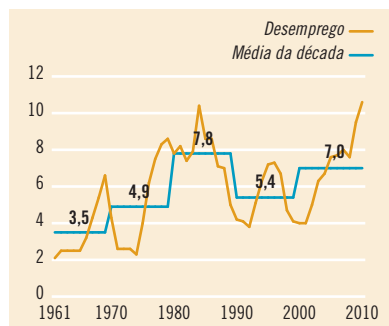
O gráfico 1 pode se interpretado nele observando 4 fases. A primeira fase até 1973 corresponde ao “boom da guerra” impulsionado pelo esforço de guerra e pelo início da abertura ao exterior. A segunda fase relaciona-se com o “impulso dos retornados” em consequência do aumento da população decorrente do processo de descolonização. A terceira diz respeito ao “milagre da integração” associado ao crescimento do Investimento Directo Estrangeiro, à ampliação de mercados e ainda ao choque petrolífero deste início de período. A última fase, na qual nos encontramos, é o ciclo de “adesão ao euro” correspondendo a um grave e longo período de estagnação que teve início com a adesão à moeda única europeia.

“ [...] à tendencial baixa de produtividade e fraca competitividade externa da nossa economia juntou-se um novo dado a agravar os nossos problemas: o euro.

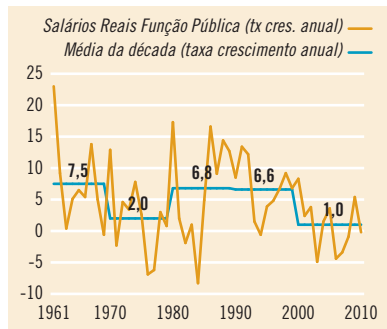
Esta forte referência ao euro não significa encerrar a moeda única como a “mãe de todos os problemas” mas corresponde à importante constatação de que a adesão ao euro implicou, designadamente pela perda da política cambial, o desaparecimento de mecanismos de manutenção da competitividade externa da



Emprego (em %). (Gráfico 5)\*



Desemprego (em %). (Gráfico 6)\*



Salários Reais Função Pública (em %). (Grf. 7)\*

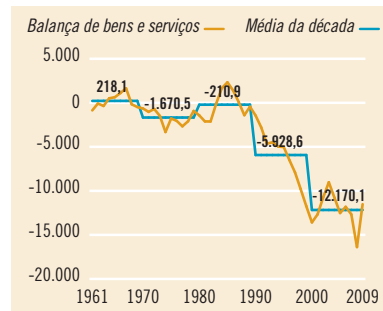
economia portuguesa até então fundamentais. Os gráficos 5 e 6 concordam com as observações precedentes. A fase de “boom da guerra” aparece estranhamente (ou nem tanto, como veremos) associada à diminuição do emprego devido ao esforço de guerra e à forte emigração. A fase que denominamos “impulso dos retornados” confirma a análise precedente. O “milagre da integração” fez-se com um crescimento significativo do emprego, embora menor, enquanto na última fase se regista um crescimento marginal e, mais recentemente, um decréscimo do emprego.

No emprego, o panorama é portanto desolador: não fomos capazes de criar emprego na primeira década do século XXI (um crescimento médio anula de 0,1% é esclarecedor).

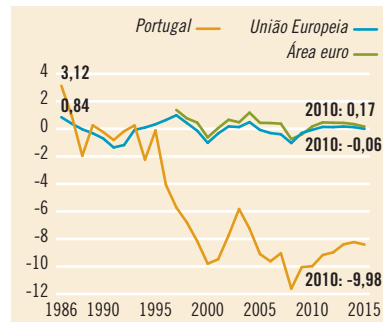
A existência de uma taxa de desemprego muito baixa no período anterior ao 25 de Abril de 1974, bem como a significativa elevação na fase de “impulso dos retornados” não são de estranhar pelas razões já referidas: fim da guerra e queda da emigração e regresso dos portugueses das colónias. No período do “milagre da integração” observa-se a sua queda por efeito da maior dinâmica económica, para voltar a subir de maneira inédita até patamares verdadeiramente excepcionais, galopando para cima de 10% já este ano de 2010, neste último período. Socialmente aproximamo-nos de um nível que já não é apenas preocupante, mas também perigoso.

O gráfico 4 reforça as análises anteriores confirmando o período de “boom de guerra” como de alto crescimento da produtividade, diminuindo esta dinâmica nos períodos seguintes para atingir níveis insignificantes no último período de adesão ao euro.

Naturalmente, a fraca produtividade do país, que reiteradamente temos apontado como a principal fragilidade da nossa economia, resulta em grande parte da ausência ou errada implementação das grandes reformas estruturais a nível do ensino, da justiça, da saúde, do sistema fiscal.



Balança de bens e serviços (milhões de euros). (Gráfico 8)\*



Balança corrente (em % do PIB). (Gráfico 9)\*

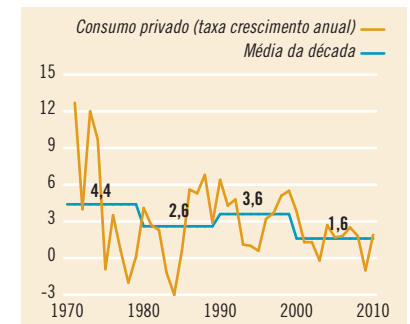
Para além da persistência de uma produtividade relativamente fraca e da perda de competitividade externa da nossa economia, outros factores marcantes condicionaram a evolução da economia portuguesa. Em particular, as novas condições monetárias acentuaram e desenvolveram atitudes excessivamente consumistas, elevando muito fortemente a despesa das famílias, possibilitada pelo excesso de circulação de dinheiro fácil, obtido directa ou indirectamente por via do acesso a fundos comunitários e do endividamento a taxas de juro reduzidas. O gráfico 10 exprime de maneira contundente o consumismo nacional e o seu crescimento, mesmo no período recente de estagnação económica. Na verdade, enquanto na área do euro o consumo representava 57,6% do PIB em 2001 e, embora com quebras, se elevou apenas para 57,7% em 2010, o consumo em Portugal, que já representava 63,3% do PIB em 2001, elevou-se para 67,2% em 2010.

A conjugação de uma persistente baixa de produtividade e quebra de competitividade com um aumento persistentemente forte do consumo (sustentado pelo crescimento dos salários reais ou, na falta deste, pelo recurso ao endividamento) não poderiam deixar de aprofundar o tendencial desequilíbrio das nossas contas externas. O gráfico mostra que desde 1995, ano em que o défice da balança corrente atingiu 0,1% do PIB, tem-se vindo a intensificar uma trajectória de progressivo agravamento deste défice, que culminou em 2008 com uns

impensáveis 11,6% do PIB. Na génese deste comportamento, confirmando o que dissemos anteriormente, está a balança de bens e serviços, cujo saldo negativo para Portugal foi em 2009 de 11,5 mil milhões de euros, dado bem ilustrativo da degradação do aparelho produtivo português (sobretudo nos bens transaccionáveis) a que se assistiu nos últimos anos.

Assim, à tendencial baixa de produtividade e fraca competitividade externa da nossa economia juntou-se um novo dado a agravar os nossos problemas: o euro. A política de convergência nominal, designadamente com uma variação cambial compensatória inferior à taxa de inflação, na década de 90, e a adesão ao euro, depois, amputaram a nossa economia do mecanismo de ajustamento que tinha permitido a manutenção de uma relativa competitividade externa, acentuando dramaticamente o desequilíbrio, até o tornar, como é hoje, verdadeiramente insustentável.

Face a esta situação, à secular saída externa por via da emigração junta-se agora, como pretende a teoria, a redução de salários e o empobrecimento dos que ficam. Encontrar um caminho que permita encontrar uma trajectória de crescimento económico, minimizando as dificuldades e problemas sociais, mantendo o essencial da coesão social, deverá ser a missão de todos quantos podem legitimamente esperar influenciar as decisões futuras. ■



Consumo privado (em %). (Gráfico 10)\*

#### Notas

- 1 Texto concluído em finais de Outubro de 2010.
- 2 Definido, em traços gerais, como a diferença entre o crescimento real e o crescimento potencial (tendencial) de uma economia.
- 3 Numa União Monetária, como a área do euro, continua a existir política monetária, mas as intervenções não “apanham” todos os Estados membros na mesma fase do ciclo económico. Tal como já ocorreu noutros momentos com outros países, Portugal corre agora o risco de ver em 2011 aumentar o custo do dinheiro (face ao dinamismo de economias como a alemã e a alguns receios inflacionistas na Europa Central), num momento em que a recessão em que muito provavelmente estaremos embrenhados justificaria, ao invés, uma nova descida desse custo.

\* Fonte: Fundo Monetário Internacional.